



Carta-Contrato n. 2015/134.0  
Ref.: Processo n. 101.301/15

Brasília, 15 de 9 de 2015.

À  
PMH – Produtos Médicos Hospitalares LTDA.  
CNPJ n. 00.740.696/0001-92

Comunica-se ter sido autorizada a contratação dessa sociedade empresária, daqui por diante denominada CONTRATADA, para o fornecimento de solução fisiológica e glicosada, para a Câmara dos Deputados, daqui por diante denominada CONTRATANTE, em Brasília-DF, de acordo com as especificações, condições e exigências constantes do Convite n. 8/15 e seus Anexos.

Em consequência, fica a avença formalizada pela presente Carta-Contrato, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente LEI, e no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, daqui por diante denominado simplesmente REGULAMENTO, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **OBJETO:** Fornecedor de solução fisiológica e glicosada, de acordo com as especificações, exigências e demais condições definidas na proposta da CONTRATADA, datada de 29/06/2015, e no Convite n. 8/15.
2. **LICITAÇÃO:** Convite n. 8/15.
3. **DO FORNECIMENTO:** O fornecimento do objeto desta contratação deverá obedecer rigorosamente às condições referentes ao item 1 (solução fisiológica e glicosada), descrito no Título 1 do Anexo 1 ao Convite n. 8/15.
  - 3.1 O objeto contratual deverá ser entregue parceladamente, à medida em que for necessário, por requisição do órgão responsável, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.
  - 3.2 O prazo máximo de entrega do objeto desta Carta-Contrato será de, no máximo, 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.
  - 3.3 A Ordem de Fornecimento será enviada por fax ou e-mail, devendo retornar à CONTRATANTE imediatamente com o recibo da CONTRATADA.
  - 3.4 Os materiais deverão ser entregues em dia de expediente normal da CONTRATANTE, no horário das 9h às 11h30min e



das 14h às 17h30min, no Almoxarifado de Material Médico, localizado no subsolo do Edifício Anexo III da Câmara dos Deputados, dentro do prazo estabelecido no item 3.2 desta Carta-Contrato.

**3.5** Na ocasião da entrega do produto no Almoxarifado de Material Médico, a Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente o número do lote com as respectivas numerações, quantitativos e prazo de validade.

**3.6** Os materiais (nacionais ou importados) devem ser ofertados, apresentados e entregues contendo, no rótulo, prospecto e bula, todas as informações pertinentes em língua portuguesa.

**3.7** O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

**3.8** A CONTRATADA deverá retirar das dependências da CONTRATANTE material que tenha sido recusado por não atender as exigências constantes do Convite n. 8/15, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da notificação.

**3.8.1** A CONTRATANTE poderá dar a destinação que julgar conveniente ao material não retirado em conformidade com o disposto no item anterior.

- 4. DO PRAZO DE VALIDADE:** O prazo de validade do material objeto desta Carta-Contrato será de, no mínimo, 12 (doze) meses, observada a proposta da CONTRATADA, contados da data do recebimento definitivo do material.

**4.1** A CONTRATADA substituirá, durante o período de validade, o produto impróprio para uso ou defeituoso, por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação.

- 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas nesta Carta-Contrato e no Convite n. 8/15, além das instruções complementares do órgão responsável quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nos prédios administrativos da CONTRATANTE.

**5.1** Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos na presente Carta-Contrato.



**5.2** A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como correclamada.

**5.3** A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução desta Carta-Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

**5.4** A CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**5.4.1** A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no subitem anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar rescisão desta Carta-Contrato, nos termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

**6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:** Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, execução insatisfatória do objeto contratual, atraso na entrega, omissão ou outras faltas, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas no Título 8 do Convite n. 8/15.

**6.1** Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

**6.2** As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

**6.3** A aplicação de multas e/ou sanção administrativa não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de ressarcir integralmente eventuais danos causados à Administração.

**6.4** Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da LEI, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE;



d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

**6.5** Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE na entrega do objeto, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor do objeto entregue com atraso, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

**6.6** Também será considerada como atraso a entrega do material fora das especificações e que não tenha sido substituído dentro do prazo de entrega.

**6.7** Findo o prazo constante da proposta, sem que a CONTRATADA tenha entregue o material, além da multa prevista no item 6.5, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis

**6.8** Pela recusa na entrega do objeto desta Carta-Contrato fica igualmente a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor deste instrumento contratual.

**6.9** Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% (dez por cento) da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março



de 2012, do Ministério da Fazenda, ou norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

**6.10** Não se aplica o disposto no item anterior, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União

**6.11** Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor, independentemente de sua transcrição.

**7. DO VALOR TOTAL:** R\$ 6.438,00 (seis mil e quatrocentos e trinta e oito reais), considerados os valores unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

**7.1.** O valor da presente Carta-Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

**7.2.** As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o artigo 65, § 2º, inciso II, da LEI, correspondente ao artigo 113, § 2º, do REGULAMENTO.

**8. DO PAGAMENTO:** O pagamento do objeto desta Carta-Contrato, devidamente entregue à CONTRATANTE e por esta aceito definitivamente, será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

**8.1** As duas vias da nota fiscal/fatura deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.



**8.2** O pagamento deverá ser efetuado com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite definitivo do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

**8.3** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

**8.4** Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

**8.5** Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no subitem anterior, deverá a comprovação ser anexada à respectiva fatura.

**8.6** A CONTRATADA, caso esteja enquadrada nas situações previstas nos incisos III, IV ou XI do art. 4º da Instrução Normativa – RFB n. 1.234/12, deverá, a cada pagamento, apresentar duas vias da declaração nos moldes dos Anexos II, III ou IV da referida norma, conforme o caso.

## **9. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- Programa de Trabalho:

01.301.0553.2004.5664 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

- Natureza da Despesa:

3.0.00.00 – Despesas Correntes



3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas  
3.3.90.30 – Material de Consumo

**10. DA NOTA DE EMPENHO:** 2015NE003237

**11. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:** De 15 / 9 / 15 a 14 / 9 / 16.

**12. DA RESCISÃO:** Esta Carta-Contrato poderá ser rescindida, nos termos dos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.


**13. DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS:** Coordenação Médica do Departamento Médico, localizado no Edifício Anexo III da Câmara dos Deputados, térreo, e Coordenação de Almojarifado do Departamento de Material e Patrimônio, que designarão servidores responsáveis pelos atos de acompanhamento e fiscalização da presente Carta-Contrato.

**14. DO FORO:** Justiça Federal, Brasília-DF.

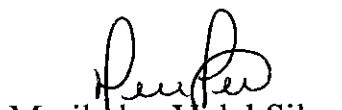
Assim, encaminhamos a presente Carta-Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 7 (sete) páginas cada, que, assinada pelas partes, formalizará o acordo celebrado, conferindo-lhe força contratual no período de vigência acima referido, com observância das condições contidas neste instrumento, no processo em referência e na proposta da CONTRATADA.

Brasília, 15 de Setembro de 2015.


Pela CONTRATANTE:

  
Mauro Lima Mena Barreto  
Diretor do DEMAP  
CPF n. 484.278.611-68

Pela CONTRATADA:

  
Mariléia Vidal Silva  
Procuradora  
CPF n. 565.752.205-25

Testemunhas: 1) Aurí Vidal 8008

2)  7028